



A Formação de Professores Indígenas no território etnocultural “Povos do Pantanal”

The indigenous teacher training in the ethnocultural territory “Povos do Pantanal”

Vladimir Sérgio Bondarczuk¹

Resumo

Apresentamos neste artigo um recorte da pesquisa de mestrado que teve como objetivo traçar compreensões sobre o curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” (PROLIND) do Campus de Aquidauana – MS da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Essas compreensões foram traçadas na elaboração de uma narrativa, apresentada ao final do trabalho, na qual buscamos caracterizar os processos que levaram à criação, implantação e estruturação, bem como os perfis do corpo docente e a estrutura física da instituição, constituindo uma versão histórica sobre o curso. Para desenvolvermos nossa pesquisa adotamos a História Oral como metodologia de pesquisa, que nos permitiu produzir fontes históricas intencionalmente, na narrativa de nossos entrevistados e na criação de uma narrativa a respeito do curso. Foram realizadas seis entrevistas e documentos oficiais foram investigados para a construção de nossa história. Uma narrativa foi criada, na qual pudemos tecer nossas compreensões acerca da criação do curso, ficando evidenciado, entre alguns fatores apresentados, que a criação de um curso inédito dentro da UFMS voltado para a formação de indígenas, trouxe ganhos sociais e culturais tanto para a Universidade, quanto para os povos indígenas e que existiu um desejo, tanto por parte de professores como por parte da comunidade indígena que o curso fosse implantado de forma permanente e regular, ou ainda, que outros cursos fossem oferecidos além da licenciatura de forma a atender outras necessidades dos “Povos do Pantanal”, com a criação de uma Faculdade Indígena. O curso trouxe aos povos indígenas um empoderamento para que enfrentem a difícil distinção que a sociedade branca os impõe.

Palavras-chave: História oral; Licenciatura indígena; Educação Matemática.

¹ Mestre em Educação Matemática e licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. e-mail:vladimir.bondarczuk@ufms.br.

Breve apresentação

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado intitulada “A Formação de professores de matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: um olhar sobre a primeira turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” – PROLIND”. Em nossa pesquisa buscamos caracterizar os processos que levaram à criação, implantação e estruturação, bem como os perfis do corpo docente e a estrutura física da instituição, constituindo uma versão histórica sobre o curso. A primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” teve seu início em 2010 com a admissão de 120 alunos dos quais se formaram 96 ao final de quatro anos de estudo. Esses alunos saíram da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul habilitados nas áreas de: Linguagens e Educação Intercultural, Matemática e Educação Intercultural, Ciências Sociais e Educação Intercultural e Ciências da Natureza e Educação Intercultural.

Esta pesquisa está ligada ao Grupo História da Educação Matemática em Pesquisa (HEMEP²), que busca mapear a formação de professores que ensinam e ensinaram matemática no Mato Grosso do Sul e corrobora com o mapeamento em nível nacional que vem sendo tecido pelo Grupo História Oral e Educação Matemática (GHOEM).

Na construção de nossa história sobre a formação de professores no curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, fizemos um levantamento inicial de documentos oficiais, editais, resoluções, atas e quaisquer outros que nos fornecessem elementos que nos ajudassem a compor nossa história. Entrevistamos seis pessoas entre alunos, professores e coordenadores que estiveram envolvidas no processo de criação e desenvolvimento do curso. Pesquisamos por trabalhos relacionados com o tema abordado em nossa pesquisa desenvolvidos dentro e fora de nosso programa de pós-graduação. Esse conjunto de informações e depoimentos nos permitiu então a criação de nossa narrativa.

O referencial teórico/metodológico

Utilizamos em nossa pesquisa uma abordagem qualitativa por entender que ela nos permite olhar mais subjetivamente para a temática. Optar pela História Oral nos possibilitou a compreensão de certo fenômeno por meio da oralidade, construindo narrativas a partir de situações de entrevista. De fato, as entrevistas estão presentes no desenvolvimento de pesquisas qualitativas há muito tempo, porém, nem sempre pela abordagem da História Oral, que traz consigo diversos preceitos. A entrevista realizada de acordo com os procedimentos da História Oral possui fundamentos historiográficos, constituindo fontes históricas com a intenção de criar narrativas não disponíveis em outros meios que não a oralidade. Assim, observamos a Licenciatura e personagens nela envolvidos com olhar subjetivo, retraçamos nossas rotas sempre que necessário, buscando sempre a legitimidade de um trabalho científico: um percurso em construção. A pesquisa de abordagem qualitativa nos permite caminhar em direção ao nosso objetivo sem que fixemos um caminho rígido, este caminho é constantemente questionado e redirecionado, conforme a necessidade e especificidade da pesquisa e dos elementos que surgem

² www.hemep.org

com o pesquisar.

A História Oral e particularmente a análise narrativa de narrativas nos possibilita um olhar sobre os depoimentos e assim tecemos um diálogo, uma trama na qual envolvemos as fontes, personagens, narrativas, impressões pessoais e documentos, na busca de produzir sentidos, versões desta história de formação de professores de matemática.

Assim, a partir do diálogo, das diversas visões produzidas e da compreensão do pesquisador sobre estas fontes, produzimos um cenário e seu entorno. Ao considerar essa metodologia na pesquisa, concordamos com Garnica (2004, p. 89) em não haver “uma história ‘verdadeira’, trata-se de procurar pela verdade das histórias, (re) constituindo-as como versões, analisando como se impõem os regimes de verdade que cada uma dessas versões cria e faz valer”.

Na perspectiva aqui adotada, o pesquisador produz histórias sobre o passado a partir de uma perspectiva do presente, a partir e junto dos depoimentos daqueles que viveram um movimento estudado.

GARNICA (2011, p. 228) enfatiza que:

Para a prática historiográfica, presentificar ausências ou fazer dialogar passado e presente, a partir do presente, implica arbitrar origens e lançar mão de fontes várias, de diversas naturezas, visando à constituição de narrativas que possam dar conta de conhecer práticas, estratégias, concepções, políticas – pontos de vista – que desconhecíamos, que esquecemos ou negligenciamos.

Iniciamos essa prática historiográfica com a criação de fontes orais por meio de entrevistas e ao decorrer do processo caminhamos para a construção de uma narrativa histórica, dialogando com o passado e o presente, situados no presente, de forma que possamos construir narrativas que nos direcionem ao conhecimento até então desconhecido ou negligenciado.

A História Oral como metodologia de pesquisa nos dá esse suporte historiográfico na medida em que fontes historiográficas são disparadas pela oralidade e começam a ser construídas em momentos de entrevista (Garnica; Fernandes; Silva, 2011). Após a entrevista é elaborado um texto base, o mais fiel possível àquele momento, chamado de transcrição da entrevista, que sofrerá diversas alterações das mais diversas ordens, num processo chamado de “textualização”. Este texto final, após ser validado por nossos entrevistados, é tornado público em sua integralidade, é parte das fontes que constituímos e que desejamos tornar pública, a chamada “criação intencional de fontes históricas”, tão cara à História Oral.

No trabalho com as textualizações o pesquisador observa as fontes produzidas pela oralidade, analisa e procura extrair delas informações que atendam ao objetivo da pesquisa e elementos que permitam ampliar a discussão sobre a temática investigada. Segundo GARNICA (2011, p. 237), o pesquisador ao analisar essas fontes

[...] pode estabelecer uma versão acerca do contexto abordado pelas fontes (criando, portanto, outra fonte). Num trabalho analítico dessa natureza, uma grande variedade de recursos/fontes (e, conseqüentemente, de pontos de vista) é mobilizada além dos depoimentos orais. Os pontos de vista (as verdades do sujeito e das outras fontes disponíveis) são postos em diálogo,

sem que uma fonte seja valorada de modo diferenciado, posto que cada um desses recursos abre a possibilidade de conhecer perspectivas alternativas, ainda que, não poucas vezes, conflitantes.

O autor nos chama a atenção sobre o cuidado com o trabalho na produção e diálogo com essas fontes, além do respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, esclarece-nos ainda que as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (GARNICA, 2011, p. 34).

Nesse contexto, para investigar o processo de criação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” - PROLIND, do Campus de Aquidauana da UFMS e ao mesmo tempo, caracterizar os principais movimentos que constituíram o curso, delineamos alguns momentos a serem percorridos:

No primeiro momento nos apropriamos de leituras de trabalhos com intenções próximas à nossa, no que se refere ao campo da Educação Matemática e da História da Educação Matemática, metodologia e análise da pesquisa. Destacamos que a participação no grupo de pesquisa foi de suma importância em todas as etapas do trabalho, já que o grupo trouxe contribuições valiosíssimas por meio de discussões de textos, metodologias, troca de experiências e levantamento de questões ao nosso trabalho.

De posse de vários documentos, iniciamos uma análise sobre a criação do PROLIND, Editais, Ofícios, Decretos, Resoluções, Projeto Político Pedagógico, entre outros que julgamos importantes para a compreensão do curso. Assim, partimos para um segundo momento, realizamos a leitura desses documentos para conhecer o que se tem escrito sobre esta licenciatura, elaboramos um novo documento, temos adotado no grupo o termo dossiê³, com estas informações com a intenção de contribuir com futuras pesquisas sobre o PROLIND. Por fim fizemos este levantamento documental sem perder de vistas nosso foco na história contada pelos depoentes, personagens que vivenciaram este movimento.

Como trabalho no campus de Aquidauana da UFMS mais precisamente no curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” esse levantamento documental não me trouxe maiores problemas, apesar de que muitos documentos originais não foram encontrados devido a fatores desconhecidos. Algumas buscas no site da UFMS, no Boletim de Serviço, foram suficientes para que pudesse encontrar a maior parte das resoluções que tratavam da criação do curso na UFMS. Alguns documentos estavam em pastas de arquivo na secretaria do próprio curso, outros fui buscar em sites externos à UFMS. Busquei documentos nos sites da prefeitura de Aquidauana, no MEC e na FUNAI, de forma a reunir o maior número de informações documentais possíveis sobre a criação do curso.

A investigação seguiu na busca de possíveis fontes orais, ou seja, na busca de profissionais interessados em participar da pesquisa. Pessoas que puderam nos trazer outras histórias, nomes, documentos, fotos e materiais que possam nos servir de acervo. Para essa escolha de entrevistados, segundo Bauer (2002), não existe um método propriamente definido, o pesquisador deverá usar sua imaginação e pensar no seu objeto de pesquisa para realizar a seleção e que pode ser dividida

³ Dossiê: série de documentos importantes que tratam, revelam a vida de um ou mais indivíduos, de um país, de uma instituição etc. Disponível em <http://www.hemep.org>

em fases.

A priori achávamos razoável fazer de cinco a dez entrevistas com professores que participaram do processo de criação e com ex-alunos que se formaram no PROLIND “Povos do Pantanal”, porém não obtivemos muito sucesso em conseguir ex-alunos para entrevistas, percebemos muita desconfiança por parte dos povos indígenas ao solicitarmos a participação nesta pesquisa. Antes da qualificação o único que conseguimos entrevistar foi Cerise Francelino Fialho e somente foi possível devido à aproximação de Cerise com o Professor Paulo Baltazar e a professora Celma Francelino Fialho, sua irmã, que também trabalha no PROLIND, e intermediaram esta solicitação. Após a qualificação, segundo a orientação da banca, partimos na busca de, ao menos, um novo depoente que fosse indígena e que havia se formado no Curso de Licenciatura Intercultural “Povos do Pantanal”. Com auxílio da professora Onilda Sanches Nincao conseguimos entrevistar Denisia Paulo, habilitada em Linguagens e Educação Intercultural pelo PROLIND e assim concluímos nossas entrevistas.

Definidos os primeiros depoentes, passamos à preparação de um roteiro para as entrevistas. Nesse caso, para cada função um roteiro diferente. O roteiro elaborado foi socializado com os componentes do Grupo HEMEP que auxiliaram na sua construção para que pudéssemos criar nossas fontes orais. O roteiro de entrevista foi elaborado pensando no foco de nossa pesquisa. Procuramos direcionar as perguntas para aquilo que consideramos pertinente, porém deixando-os livres para relatar não somente o que foi direcionado a eles nas perguntas, mas também o que surgiria em suas memórias ao nos fornecer seus relatos.

Conversamos com cada um dos nossos possíveis interlocutores expondo a nossa pesquisa e perguntamos se gostariam de contribuir com nosso trabalho nos fornecendo uma entrevista. Foi explicado a todos os interlocutores que as entrevistas seriam gravadas em áudio e imagem e perguntado a eles se havia alguma restrição quanto a isso, informamos que haveria um roteiro a ser seguido. Informamos que posteriormente transcreveríamos e textualizaríamos a entrevista e, após, seria enviada a cada um deles para que aceitassem ou não o que ali estava escrito, podendo fazer alterações ou até mesmo desistir da entrevista caso assim desejassem. Todos aceitaram e ficaram muito felizes de poder contribuir com esse trabalho considerado por eles como muito importante.

A primeira entrevista que fizemos foi com a Professora Onilda Sanches Nincao nas dependências do Campus de Aquidauana da UFMS. A professora Onilda não só foi uma das idealizadoras da Licenciatura Intercultural existente atualmente na UFGD como participou da criação da Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”.

O segundo entrevistado foi o professor Paulo Baltazar, indígena, da etnia Terena, professor cedido à Universidade pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. A entrevista ocorreu nas dependências do Campus de Aquidauana da UFMS. O professor Paulo participou desde o princípio na elaboração do projeto do PROLIND “Povos do Pantanal” quando atuou principalmente como tradutor para língua Terena das propostas apresentadas nas reuniões com as comunidades e lideranças indígenas, posteriormente integrou o quadro de professores do curso permanecendo até os dias de hoje.

A terceira entrevista foi feita via Skype com a professora Claudete Cameschi

de Souza, ela estando em Três Lagoas e eu nas dependências do Campus de Aquidauana da UFMS. A professora Claudete Cameschi de Souza foi uma das idealizadoras do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, sendo responsável direta pelo projeto de criação e de toda gestão inicial do curso, e esteve à frente do PROLIND “Povos do Pantanal” desde sua fase embrionária até pouco antes da formatura da primeira turma, quando por motivos pessoais se transferiu para o Campus da UFMS de Três Lagoas-MS.

A nossa quarta entrevista foi feita com o professor Antonio Firmino de Oliveira Neto, também nas dependências do campus de Aquidauana da UFMS. Na época da implantação do curso era o diretor do Campus de Aquidauana e ofereceu apoio administrativo para que o curso pudesse ser implantado no Campus de Aquidauana, além de atuar também como professor no curso.

A quinta entrevista foi realizada nas dependências do Campus de Aquidauana da UFMS, foi a mais difícil de efetivar, conforme já expomos anteriormente, foi realizada com o ex-aluno Cerise Francelino Fialho, indígena da etnia Terena, residente na aldeia Bananal, cerca de 50 quilômetros da cidade de Aquidauana, formado em Matemática na Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, foi uma das contribuições que tivemos nas entrevistas dada por egressos do curso, por meio de sua entrevista tentamos analisar alguns aspectos do curso pela ótica de um ex-aluno.

A sexta e última entrevista, realizada com outro egresso do curso, foi realizada na residência de Denisa Paulo, Indígena da etnia Terena. Em sua entrevista Denisa ratifica muitas declarações de Cerise e do professor Paulo Baltazar, além de nos fornecer sua visão sobre o curso e ressaltar alguns aspectos que ela considerava importantes para sua formação.

Realizadas as entrevistas passamos para a transcrição e textualização destas. Entendemos como transcrição a produção textual escrita do depoimento o mais fiel possível ao momento, e textualização como momento em que ouvindo e acompanhando a transcrição produzimos um segundo texto, que visa esclarecer sentidos e produzir uma fluência mais próxima a de um texto escrito, visto que sua natureza original é a oralidade (PINTO, 2013, p. 28). Depois de lapidada a transcrição, agora transformada em textualização, o texto volta ao depoente para que o mesmo veja se ainda se identifica naquilo que está escrito e, em caso afirmativo, autorize as mudanças feitas, por intermédio de uma carta cessão.

Por fim, de posse de todos esses elementos, documentos e entrevistas, passamos para a análise propriamente dita – não que não estivéssemos a todo o momento desde o início da pesquisa, e mesmo antes dele, produzindo interpretações a respeito do curso estudado. Tivemos que definir qual tipo de análise deveríamos produzir. Do que vem sendo feito com a História Oral na Educação Matemática, particularmente no GHOEM e Grupo HEMEP, há basicamente duas opções: um modo paradigmático/categórico, que consiste em elencar categorias/temas de potencialidades significativas e discuti-los separadamente (mesmo que em um único texto), e um modo narrativo, em que o pesquisador produz uma nova narrativa que evidencia suas compreensões acerca de tudo que foi lido, ouvido e sentido no decorrer de sua pesquisa, sem necessariamente trabalhar os temas de forma estanque.

Optamos por realizar uma análise narrativa com a qual pudemos fazer uma

leitura interpretativa, destacando pontos que achamos significativos sobre tudo que lemos e ouvimos durante nossa pesquisa, criando uma história na qual olhamos para o passado com os pés fincados no presente, deixando ao leitor a possibilidade de acessar as fontes e criar a sua própria história dentre muitas histórias possíveis sobre a Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”.

Uma narrativa sobre a Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”

Em nosso texto tomamos como inspiração os documentos encontrados e depoimentos de pessoas que estiveram envolvidas na criação e nos primeiros anos do curso estudado. Neste artigo apresentaremos elementos desta narrativa apresentada na dissertação, com alguns trechos que achamos relevante trazer para a discussão.

(...)

Inicialmente observamos a documentação referente à criação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” e nesses documentos encontramos editais formulados pelo MEC para a criação de licenciaturas Indígenas espalhadas pelo nosso país, o programa denominado de PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas. O primeiro edital lançado pelo MEC foi no ano de 2005. Apenas algumas universidades conseguiram, em tempo hábil, criar projetos para a implantação do curso e assim aproveitar esse edital: Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT, Universidade Federal de Roraima – UFRR, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e Universidade Federal do Tocantins – UFT. A partir de então vários povos indígenas foram contemplados com uma formação em nível superior.

Ao nos depararmos com essa informação, concluímos que seria necessário fazer uma revisão bibliográfica acerca daquilo que já foi escrito sobre o tema de formação de professores indígenas no Brasil. Esse levantamento nos revelou dezenas de trabalhos escritos: artigos, dissertações e teses, porém tivemos que fazer uma filtragem para obtermos aquilo que seria realmente relevante a nossa pesquisa. Encontramos dezesseis trabalhos relacionados com a formação de professores indígenas sendo três deles produzidos dentro do nosso programa de pós-graduação o PPGEumat.

Os trabalhos encontrados estudaram diversos assuntos, tais como: construção de currículo para formação de professores indígenas; práticas de professores indígenas no contexto multicultural, as práticas na Geometria do Ensino Médio, práticas de numeramento – letramento; os desafios enfrentados pela escola indígena na atualidade; a educação indigenista e políticas públicas; alguns analisaram materiais produzidos pelo MEC para formação de professores indígenas; outros abordaram os processos de formação continuada em matemática de um professor indígena; contribuições da etnomatemática para a formação dos professores indígenas; outros ainda estudaram a implantação de cursos indígenas dentro de universidades federais, as trajetórias desses alunos dentro dessas

universidades e as experiências vivenciadas na formação desses professores indígenas. Foi estudada a proposta curricular do MEC para formação de professores indígenas, os direitos indígenas e a educação escolar. Nesses trabalhos encontramos a preocupação dos índios irem para as universidades e deixarem de “ser” índios, ou seja, tentarem fugir de um preconceito existente e perderem sua identidade de povo indígena. Houve ainda quem estudou o projeto de criação de curso de formação de professores indígenas.

Todos esses trabalhos nos auxiliaram em nossa pesquisa e na construção de nossa narrativa. Com eles pudemos, enfim, entender a importância do mapeamento historiográfico dos cursos de formação de professores indígenas no Brasil.

Encontramos semelhanças entre o que foi escrito por esses pesquisadores e o que foi dito em nossos depoimentos, e passamos à construção de nossa narrativa.

O curso de Licenciatura Intercultural indígena “Povos do Pantanal” iniciou em 2010, com uma turma de 120 alunos, todos agrupados em uma turma única. O curso tinha um período de um ano e meio que era uma espécie de “ciclo comum” e os outros dois anos e meio já definidos em cada área específica sendo: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza e Ciências Sociais.

Algumas falas nos chamaram atenção nos depoimentos de nossos entrevistados, entre eles destacamos o empoderamento dos povos indígenas, o preconceito vivido por eles na universidade e o baixíssimo índice de reprovação/desistência apesar das dificuldades enfrentadas no decorrer do curso.

O curso é feito em regime de Pedagogia da Alternância, onde os alunos passam cerca de 25 dias por semestre em sala de aula dentro da universidade e o restante do período letivo é feito com a ida dos professores até as aldeias para acompanhar as atividades que foram determinadas aos alunos durante a etapa presencial.

Nessa vinda até a universidade por parte dos povos indígenas, o MEC, por meio de convênios, liberava recursos para que fossem pagos o transporte, a alimentação e a hospedagem desses 120 alunos durante os períodos de aulas presenciais, às vezes, esses recursos demoravam a ser liberados e acabava havendo atraso nos períodos presenciais (as aulas se davam no modelo de alternância). O atraso dos recursos causava problemas também na etapa em que os professores teriam que se deslocar para as comunidades indígenas, já que não havia recursos para diárias e combustível.

Os alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” eram, em sua grande maioria, professores leigos ou servidores de escolas indígenas que ainda não possuíam uma graduação, o restante desses alunos foi selecionado por meio de um vestibular específico organizado pela Comissão Permanente de Vestibular – COPEVE/UFMS para indígenas, que tinham que comprovar sua condição por meio de documento da FUNAI e do Cacique.

Alguns alunos apontaram que o pouco tempo de aulas presenciais, por vezes, os prejudicou quanto ao que deveria ser ministrado como conteúdo programático – muito volume em pouco tempo -, porém, sinalizam que os professores auxiliavam sempre que possível em suas tarefas e trabalhos nos períodos pós-aula.

Relatos acerca de preconceito sofrido pelos indígenas na universidade foi

apontado em depoimentos. Havia reclamação por parte da comunidade não indígena por eles estarem ocupando as dependências do campus, alguns diziam que o curso era muito “fraco” e não havia uma interação entre os cursos regulares e a Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” e isso por vezes era recíproco, os indígenas também não se aproximavam e não se comunicavam dos não indígenas. Isso nos fez aprofundar um pouco acerca da origem desse preconceito, que vem desde os primórdios do Brasil colônia.

Na busca por um aprofundamento teórico que nos desse sustentação a esse discurso sobre o preconceito, encontramos alguns encontramos no trabalho de Pimenta (2009), uma abordagem sobre o tema **Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas Brasileiros** no qual afirma que esse preconceito pode ser manifesto em cinco ações: a primeira é evitar o contato oral, evitando manter diálogo com membros do grupo ao qual não há simpatia; a segunda ação é evitar o contato físico, há uma discriminação, ainda que não seja explícita, mas o indivíduo permanece à distância sem aproximação como grupo com o qual tem antipatia; a terceira ação é a discriminação, condição em que o preconceituoso repele e exclui o membro de determinada categoria antipatizada por ele, e a discriminação, por ser a expressão do preconceito, tem efeito social imediato; a quarta é o ataque físico, em que o preconceituoso, movido emocionalmente, ameaça o membro do grupo implicado ou parte para ato de violência física; a quinta e última ação é o extermínio, caso em que as minorias passam a sofrer ataques organizados, linchamentos ou até mesmo genocídio. As etapas das ações não possuem uma ordem fixa podendo ser efetuadas de forma aleatória.

Outros dois trabalhos foram utilizados nessa busca por explicação acerca do preconceito, Freire (2000), **cinco ideias equivocadas sobre o índio**, no qual apresenta a importância da discussão sobre essas ideias equivocadas para a compreensão do Brasil atual e o trabalho de Demarchi e Moraes (2015) intitulado **Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles**, onde encontramos outros equívocos preconceituosos, porém recorrentes no imaginário do não índio.

Interessante o quanto os indígenas consideram importante o curso de Licenciatura Intercultural “Povos do Pantanal” tanto para eles, como para sua sociedade. O curso provia a eles um “empoderamento”, o poder dizer que tem uma habilitação, que não são mais leigos, que agora podem entrar em uma concessionária de veículos e adquirir seu automóvel com o dinheiro advindo de seu trabalho. Também a importância de aprenderem, no curso, os seus direitos e assim poderem lutar por eles. Muitos passaram em concursos, estão fazendo mestrado ou doutorado, outros conseguiram se eleger caciques em suas aldeias, mesmo tendo idade inferior aos anciões, apenas pelo fato de possuírem o conhecimento adquirido na Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” sobre seus direitos e poderem dialogar com o homem branco sobre eles.

Na primeira turma entraram 120 alunos, foram quatro anos de estudo, formaram-se 96 alunos, alguns desistiram por problemas financeiros, não recebiam nenhum tipo de bolsa nessa primeira turma, outros desistiram por problemas familiares, outros por terem que assumir um concurso e até por problema de documentação, mas todos os entrevistados consideram o aproveitamento da turma muito satisfatório, com uma evasão foi mínima.

Por fim, ficou evidenciado, entre alguns fatores apresentados, que a criação de um curso inédito dentro da UFMS voltado para a formação de indígenas do território etnocultural “Povos do Pantanal”, trouxe ganhos sociais e culturais tanto para a Universidade que passou a contar com um curso específico para formação de professores indígenas e assim atender a toda a população da região etnocultural dos “Povos do Pantanal”, quanto para os povos indígenas que alcançaram uma formação superior, obtiveram condições de trabalhar em suas próprias aldeias e até mesmo fora delas por meio dessa formação acadêmica oferecida pela UFMS – Campus de Aquidauana, e para eles isso significou um empoderamento. Também existe um desejo, tanto por parte de professores como por parte da comunidade indígena que o curso fosse implantado de forma permanente e regular, ou ainda, que outros cursos fossem oferecidos além da licenciatura de forma a atender outras necessidades dos “Povos do Pantanal”, como a criação de uma Faculdade Indígena, por exemplo. O curso trouxe aos povos indígenas um empoderamento para que enfrentem a difícil distinção que a sociedade branca os impõe.

Referências

- Bauer, Martin W; Gaskell, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- Costa, Marisa Vorraber; Bujes, Maria Isabel. *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- Cury, F. G. *Uma narrativa sobre a formação de professores de Matemática em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- Demarchi, André; Moraes, Odilon. *Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles*. Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Tocantins. 2015.
- Freire, José Ribamar Bessa. 2002. *Cinco ideias equivocadas sobre o índio*. In: Cenesch: Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano, Manaus, v. 1, p. 17-33.
- Galvão, Célia. *Narrativas em Educação*. Revista Ciência & Educação, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.
- Garnica, Antonio Vicente Marafioti; Fernandes, Déa Nunes; Silva, Heloisa Da. *Entre a Amnésia e a Vontade de nada Esquecer: notas sobre regimes de historicidade e história oral*. Boletim de Educação Matemática v. 25, n. 41, p. 213–250 , 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=291223514011>>.
- Garnica, A. V. M. *História Oral e Educação Matemática - um inventário*. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo (SP), v. 02, n. 01, p. 137-160, 2006.
- Goldenberg, Mirian. *A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- Martins-Saladim, M. E. *Práticas de pesquisa em história da educação matemática*. In: SEMINÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2016, Campo Grande Anais eletrônicos...Campo Grande: UFMS, 2016. Mesa-redonda. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/sesemat/article/view/2836/2197>>. Acesso em: 23.dez.2016.
- Pimenta, R. P. B. *Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas Brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIANIA, 2009.
- Silva, C. A. da. *Práticas de um professor de matemática em contexto multicultural*. Dissertação Mestrado em Educação Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/ MS, 2011Tese de Doutorado em Educação Matemática. São Paulo: Universidade Anhanguera de São Paulo.